



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Território poder e conflito

TEMPLATE – TRABALHO COMPLETO – Apresentação Comunicação Oral

**Projeto Grande Carajás: Relatos, memórias, resistências de
comunidades expropriadas no entorno da região do Lago de
Tucuruí/PA.**

Ana Carolina Silva dos Anjos¹
Kenji Baia Alves²

Resumo: O presente trabalho retrata os relatos de populações indígenas, reassentamento de população deslocada, perda de peixes e de outros recursos para residentes à jusante da barragem de Tucuruí, dentre os problemas mais citados em biografias pesquisadas. O estudo buscou assinalar os fenômenos sociais que trazem à tona sobre as grandes transformações instauradas durante o período desenvolvimentista de o governo militar, na vida dos atingidos e que reivindicam para si o uso, o acesso e a propriedade da terra; disputa política que carrega a mediação e representação desses seguimentos sociais vulneráveis. O método de abordagem é o dedutivo com pesquisa bibliográfica para realizar diversas contextualizações sobre a problemática dos movimentos sociais que aqui lutam pela terra.

Palavras-chave: Território; Conflitos; Movimentos sociais.

Abstract: The present work shows the reports of indigenous populations, resettlement of the displaced population, loss of fish and other resources for residents downstream of the Tucuruí dam, among the problems most cited in biographies researched. The study sought to point out elements that bring to light the great transformations established during the developmental period of the military government in the lives of those affected and who claim for themselves the use, access and ownership of land; political dispute that carries the mediation and representation of these vulnerable social segments. The method of approach is the deductive one with bibliographical research to realize diverse contextualizations on the problematic of the social movements that fight for the earth here.

Keywords: Territory; Conflicts; Social movements.

¹ Assistente Social, servidora pública, pós-graduada em Políticas Públicas, carolinaanjos595@gmail.com

² Professor, servidor público, Licenciado em Matemática, kenjibaia@gmail.com



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

1 INTRODUÇÃO

Ao longo do século XX, o modelo de ocupação e desenvolvimento pensado e articulado para a Região Amazônica, gerou inúmeros problemas sociais relacionados a conflitos de terra. Em especial às regiões Sudeste e Sul do Pará, territórios que possuem histórico de conflitos agrário.

Com os lemas "Integrar para não entregar" e "Terra sem homens para homens sem terras", o Governo Militar marchou rumo a Amazônia com o intuito de colonizá-la de vez. A partir da descoberta de minério de ferro na Região de Carajás, Sudeste do Pará, o Brasil entrou para o mapa da mineração mundial. E com o objetivo de se explorar essa riqueza em larga escala, pôs-se em prática o plano de ocupar essa região. Detalhe, a região já era ocupada por índios e moradores que viviam em pequenos aglomerados.

Em 16 de junho de 1970, durante o governo ditatorial do Presidente Médici é assinado por meio do Decreto-Lei Nº1106, de 16 de julho de 1970, O Programa de Integração Nacional (PIN). Um programa de cunho geopolítico que tinha como objetivo utilizar mão de obra nordestina ociosa devidos as secas de 1969 e 1970 que abalaram nordeste. Ele tinha como objetivo realizar a exploração integrada dos recursos minerais dessa província a qual é considerada a mais rica do mundo em minério de ferro, para beneficiamento e exportação de bauxita principalmente.

O Projeto Grande Carajás incluiu três grandes frentes integradas: um conjunto de projetos minero-metalúrgicos; um conjunto de projetos agropecuários e florestais; um grupo de projetos de infraestrutura (ferrovias, rodovias, portos e barragens). De acordo com o Art. 2º do Decreto-Lei o projeto se compreendia em:

- I - serviços de infraestrutura:
 - a) o projeto da Ferrovia Serra de Carajás – São Luís;
 - b) a instalação ou ampliação do sistema portuário e de outros investimentos necessários à criação e utilização dos corredores de exportação de Carajás;
 - c) as obras e instalações para a criação e utilização de hidrovias com capacidade para transporte de grandes massas;
 - d) outros projetos concernentes à infraestrutura e equipamentos de transporte que se façam necessários à implementação e ao desenvolvimento do Programa Grande Carajás;
 - e) o aproveitamento hidrelétrico das bacias hidrográficas;



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

II - projetos que tenham por objetivo atividades de:

- a) pesquisa, prospecção, extração, beneficiamento, elaboração primária ou industrialização de minerais;
- b) agricultura, pecuária, pesca e agroindústria;
- c) florestamento, reflorestamento, beneficiamento e industrialização de madeira; aproveitamento de fontes energéticas;

III - outras atividades econômicas consideradas de importância para o desenvolvimento da região. (DECRETO-LEI Nº 1.813, 1980).

A dinâmica do capital levou à exploração de quantidades cada vez maiores de matérias-primas, todo o ciclo da mineração na Amazônia ganhou proporções a partir da região de Carajás. Em período recente, outras áreas do Pará e do Maranhão, como as regiões de Oriximiná, de Juruti Velho e entorno da Reserva Biológica do Gurupi, são cobiçadas e exploradas, de onde são retirados e exportados recursos minerais para os Estados Unidos, Europa, Japão, China e outros países.

A jazida mineral de Carajás é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia e abrange terras do Sudeste do Pará, norte de Tocantins e oeste do Maranhão. Além da exploração mineral, o Projeto Grande Carajás incluiu também a exploração de recursos agroflorestais, extrativistas, agropecuários, além do aproveitamento do potencial hidrelétrico de alguns rios amazônicos, caso do Tocantins, onde foi construída a hidrelétrica de Tucuruí para fornecer energia elétrica para as indústrias e dar viabilidade ao projeto.

"Ao instalar uma portaria ao pé da serra e planejar uma cidade asséptica em Parauapebas, a Companhia Vale do Rio Doce parecia ter a ilusão de poder isolar-se do mundo ao redor, que se adensava e ampliava como uma ameba miserável. Mas este escopo disforme e caótico é perpassado diariamente pelos trens modernos de carregar minério. Nos dois pontos extremos de sua linha, a mina e o porto, ele está atualizado a sua época. No meio, os conflitos com os Índios, garimpeiros e posseiros sugerem que estamos pelo menos um século e meio atrasados. A atualização é econômica. O atraso é social. O Estado empolga-se com o primeiro e distribui migalhas ao segundo. A consequência é o permanente estado de tensão e sobressalto, que constantemente resulta em explosão". (Lúcio Flávio Pinto, O LIBERAL, Belém, 4.10.86).³

O trecho acima retrata bem o que houve na prática, construção de espaços para abrigar trabalhadores, concentração de terra e no outro extremo a violência no campo e nas cidades. Visto que a população no Estado do Pará cresceu absurdamente com o advento destes projetos.

³ Fonte: Jornal O Liberal impresso (1986).



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

2 DESENVOLVIMENTO

A implantação da barragem em Tucuruí

Por volta de 1957 foram iniciados os primeiros estudos para a construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, com o objetivo de aproveitar o potencial energético do Rio Tocantins e principalmente para subsidiar a indústria de alumínio implementada pela Companhia Vale do Rio Doce, com seus pólos siderúrgicos situados em Barcarena, Marabá e Parauapebas, que consomem dois-terços da energia produzida em Tucuruí. Ela foi eleita para sediar a barragem devido aos rios sofrerem muitas quedas d'água o que tornava os rios inavegáveis, sendo assim propícios ao empreendimento, segundo estudos realizados pela Eletronorte.

Esse fato deu início a uma nova fase de expansão econômica local e regional e contribuiu para a consolidação da rede urbana regional, tendo em vista que a maioria dos novos municípios da região surgiu com o dinamismo econômico decorrente, em grande medida, da construção da usina em que se confere profundas transformações sociais na "Região do Lago de Tucuruí" a qual hoje é formada por 7 municípios (Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí). Vide anexo A pág 12.

A construção da Hidrelétrica de Tucuruí meados dos anos 70 redesenhou não só o mapa na região como também a História local, fazendo com que os moradores tradicionais perdessem não só suas terras como também suas identidades.

"No período entre 79/80, no auge da construção, registrou-se a chegada de 55.531 migrantes atraídos pela possibilidade de trabalho e acesso a terra, acarretando um aumento populacional inesperado e fora dos padrões, perfazendo cerca de 110.0000 habitantes." (Rocha, 2003, pg. 05)

Passados quatro décadas, o sentimento de um indígena tradicional é este: *"Nunca conseguimos de volta o que tínhamos antes e até hoje, andando na beira do rio, continuam os impactos. A erosão provocada pela barragem levou cemitérios do nosso povo e continua*



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

comendo o nosso território”. Mesmo as propostas e compensações feitas não são suficientes para apagar da memória tudo que se perdeu.

Os conflitos se acentuam e o itinerário não é difícil de prever. A aparente expansão econômica não significa “melhoria da qualidade de vida” da população que vive nesses locais em que foram inseridos os grandes projetos econômicos. Os desdobramentos desses projetos somados a outras iniciativas de desenvolvimentistas têm levado a acentuada exploração ambiental na região e aos conflitos pela terra.

Sujeitos sociais em processo de resistência territorial

Com o início do desvio e barramento do rio Tocantins para construção da hidrelétrica de Tucuruí; em que houve deslocamento, remanejamento, expropriação dos povos indígenas, colonos, moradores de ilhas, vilas e cidades a jusante, estimados na fase inicial em 70 mil pessoas. Os relatos coletados e retratados neste artigo evidenciam as diferentes identidades e peculiaridades dos povos que aqui eram tidos como tradicionais como: os pescadores que dependiam da pesca dos rios, os pequenos agricultores, horticultores, indígenas de diversas etnias, entre os principais atores sociais.

(...) O espaço por suas características e por seu funcionamento, pelo que ele oferece a alguns e recusa a outros, pela seleção de localização feita entre as atividades e entre os homens, é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, (...) o espaço evolui pelo movimento da sociedade total. (SANTOS, 1978, p. 171).

A decisão de explorar o minério nada tem a ver com os antepassados e nem com a população atual do território. Foi algo decidido fora, muito longe e sem consideração com a população que aqui vivia. Pior, foi concebido como projeto para fora, para extrair minério local e transformar em riqueza para interesses de externos.

Criou-se, isto sim, uma grande contradição entre a população do território e o Complexo Carajás, contradição que opõem a cidadania, em suas várias e também contraditórias formas de existência, contra Carajás como empresa da Vale e capitais associados, por ela arrastados para o território. Os capitais investidos no território visam unicamente à extração da reserva de recursos naturais de alto valor para o mercado globalizado. A cidadania olha seu bem comum, seu território, privatizado, enclausurado, destruído e exportado... Poluição, destruição ambiental e pobreza no seu rastro.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

A luta pelo território compreende uma questão de pertencimento daqueles que tem uma identidade historicamente construída com aquela fração do território, como os indígenas, quilombolas. Lutam por seus territórios, mesmo que, pelo processo de expropriação, tenham saído ou estejam resistindo nele. De acordo com Oliveira (2008), “só pode pertencer a um território quem nele vive e quem nele construiu sua identidade com aquela fração do mundo”. Nem sempre os que lutam pelo território estão nessa fração, mas lutam seja para se manter ou retomar seu território.

“A apropriação do território pela Usina Hidroelétrica não tem se dado de forma espontânea ou casual, muito pelo contrário, em cada etapa de sua implantação, percebe-se a estruturação de um conjunto de ações e estratégias, cujo fim último tem sido estabelecer o máximo de controle sobre o território.” (ARAÚJO, 2008, p.58).

A luta pelo trabalho no campo está diretamente vinculada aos trabalhadores (permanentes ou temporários) que têm vínculo empregatício formal ou informal, mas que não detêm a posse, nem o controle da terra ou propriedade ou dos meios de produção, mas sim da sua força de trabalho para capital e/ou proprietários de terras. Nesse bojo, podemos identificar: assalariados rurais, diaristas, tratoristas, peões, administradores, vaqueiros, garimpeiros, boia-fria.

Relatos dos expropriados: trajetórias definidas pelo “remanejamento”

A construção da barragem tem consequências até hoje aos modificaram suas vidas em detrimento da obra, que dispensa o seu reconhecimento legal, pois se materializou realmente, com todas as mazelas e problemas para a sociedade e para o meio ambiente. A característica mais importante desse processo é a disputa por território, pois, provocou os deslocamentos e reassentamentos forçados dos que viviam naquelas áreas atingidas pela construção da barragem, assim como intensificou a grilagem de terras na região expulsando milhares de famílias do campo, levando-as a migração forçada do campo para as cidades e para outros estados. Relatos como do Sr. José, nativo da região, que vivia da pesca para subsistência:

“Pra nós vir tratar da nossa situação com a Eletronorte foi um espanto, até em outros lugares ela chegou bem mansa pra nós, colocando todas possibilidades pra nós,



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

dizendo que a barragem ia ser muito boa, nós ia ter um privilégio muito grande, nós ia receber uma casa de alvenaria, com quarto, garagem e tudo, casa boa e dentro de 90 dias estão saindo essas casa. Toda chance, logo com aquela rapidez, sem fazer anuncio. Aí o que eu fiz? Chamei a família e aí foi um ano, foi dois, foi seis, aí *comecemos* a fazer reunião fazer greve com ela. Aí ela resolveu, depois que nós fizemos a reunião lá. (JOSÉ CUNHA DE SOUZA, TUCURUÍ, JUNHO/2013)..

Após anos de luta, mobilizações e espera a Eletronorte entrou em acordo com as populações atingidas e criou diversas cooperativas no total de 7, para os atingidos, sobretudo os pescadores que ficaram sem ter como pescar. Entretanto, conforme os relatos permaneceram sem as devidas capacitações técnicas para poderem produzir e trabalhar com o pescado produzido em cativeiros.

“Meu nome é Raimundo de Albuquerque de Almeida 64 anos de idade, cheguei aqui em Breu Branco em 1972, há 41 anos, e eu sou expropriado da barragem de Tucuruí. Pois bem aí essas terras, logo após nos anos 80 não foi favorável à nossa colheita, à nossa lavoura, então nós plantamos três anos e ninguém colhia nada. Resultado: além de não receber o apoio de capacitação, de informação, treinamento, nada nós tivemos, fomos jogados como se fosse bicho bruto. Então, nós não tivemos nada, a gente não produzia, tinha companheiro nosso que passou a passar fome porque a terra não produzia. Aí resultado: vendia a terra a qualquer preço. Nós ficamos desamparados. Surgiu essa outra etapa onde nós fizemos esse acampamento, debaixo desse plástico preto, que nem o Satanás quer ficar lá de baixo, lá que fomos ficar. Resultado: no final disso aí, nós conseguimos o apoio da Eletronorte no valor de R\$ 39.900,00. Por que a Eletronorte resolveu fazer essa proposta *pra* nós sair daqui de dentro. Resultado: essa cooperativa que foi fundada em cada município, nós o tivemos acompanhamento técnico, não tivemos capacitação, não tivemos acompanhamento *pra* fiscalização. Vai completar nove anos. O pior é que nossas cabeças estão todas velhas, estamos todos cansados. Eu gostaria que esse pronunciamento fosse transmitido *pra* aquele pessoal lá de Belo Monte que estão nas mãos da Eletronorte para ficarem sabendo. (RAIMUNDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA, BREU BRANCO, JUNHO 2013).

Ao nos aprofundarmos mais sobre o assunto, as histórias se coadunam ao entendimento de que muitos dos expropriados foram ludibriados pela fala promessa do falso progresso, empreitados pela empresa, muitos perderam suas casas, modo de trabalhar e produção em razão das promessas não cumpridas, na prática tudo foi muito diferente do que era preconizado nos panfletos espalhados pela Eletronorte. Vide anexo B pág 13.

“Meu nome é Manuel Venâncio Soares, maranhense de Bacabal, conhecido como Bacabal. Eu sou um dos líderes do movimento. Desde 83 que eu *tô*, eu fui *prá* Eletronorte, nunca larguei. Eu cheguei aqui na região em 3 de julho de 77, na região de Tucuruí, no começo da barragem, aí quando terminou eu saí. Trabalhei 12 anos na prefeitura, hoje em dia não estou trabalhando mais em nada. Aí quando a Eletronorte tirou nós de lá no nosso local porque *nós morava* na vila, no 11 (KM). A



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Eletronorte, quando foi *pra* tirar nós de lá, ela foi lá bateu fotos, pegou nosso nome e nós tinha que desocupar lá (...) e dizia: 'A Eletronorte é seguinte, ela vai tirar vocês daqui, porque vai ser o lago, o lago vai encher toda a casa se vocês ficarem aqui vão morrer afogados'. Mas doutor, a gente não tem *pra* onde ir. 'Não, mas a Eletronorte vai tirar vocês daqui e construir as casas'. Justamente ela botou nós ali por 90 dias no bairro Pimental, ali na beira da 7 da Setembro, passamos 90 dias de baixo de uma lona do Exército, aí começaram a construir as casas na COHAB, enganaram nós: 'Essas casas aqui são *pra* vocês'. Depois que terminaram de construir as casas, não foram chamar nós, *pra* nós entrar dentro das casas, foi preciso nós invadir as casas, *entremos* de noite e quando foi de manhã mandaram até a polícia *pra* tirar nós (...) Até hoje a gente vem lutando, até nós conseguimos esses barracos aqui". (MANUEL VENÂNCIO SOARES, BREU BRANCO, JUNHO/2013)

Movimentos sociais de resistência

Com a construção da hidrelétrica de Tucuruí e os inúmeros problemas sociais surgido com seu advento; não restou outra saída para os moradores, que tiveram suas vidas alteradas pelo projeto, de se organizar em movimentos de cunho social que reivindicassem coletivamente, direitos aos quais não foram respeitados. Nesse contexto, em nível nacional, já havia um movimento que lutava por direitos dos atingidos por barragens. O Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), movimento que surgiu no final dos anos 70, este de cunho social que surgia em plena ditadura militar reivindicando direitos em uma época onde direitos eram retirados.

Ao mesmo tempo em que havia um estudo sobre o potencial e como fazer o aproveitamento da energia, não havia uma proposta de indenização adequada das famílias que viviam na beira dos rios. Consequência disso foi à expulsão de milhares de famílias de suas terras e casas, a maioria sem ter para onde ir. Muitas foram para as favelas das cidades, engrossaram as fileiras de sem-terra. (Fonte MAB, 2011)⁴

Tucuruí foi um dos primeiros locais de lutas por direitos dos que foram atingidos pelo barramento do Rio Tocantins, nesse período surge a CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), nesse primeiro momento a principal bandeira de luta era a indenização justa, queriam ser ressarcidos das perdas que vieram a ter com a construção da barragem. Num segundo momento se avançou pela luta por terra, terra por terra. Não se queria qualquer indenização, se queria também permanecer em suas terras. O movimento dos atingidos por barragem ganhou notoriedade e avançou em muitos aspectos.

⁴Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>>



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997 foi criada na Suíça a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens em nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate, que durou aproximadamente três anos, resultou no relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões. (Fonte MAB, 2011)⁵

O Movimento dos Atingido por Barragens é histórico e atuante, em que se faz necessário o debate e a luta por direitos que ao longo os anos vêm sendo negado pelos órgãos competentes. No município de Tucuruí outra organização a Associação das Populações Atingidas pelas Obras do Rio Tocantins – APOVO mobilizam para reivindicar direitos até hoje não assegurados desde a implantação da hidrelétrica, bem como lutam para se defenderem de ações que não cessam por parte da Eletronorte que busca por todos os meios de se desvincular do passivo com os expropriados. Vide anexo C pág. 13.

Os Assurinis, povo indígena que perdeu seu território para a construção da barragem, ao longo dos anos também vem reivindicando seus direitos que ate hoje não foram respeitados pela Eletronorte.

A Eletronorte chegou a ser obrigada a fazer um pagamento mensal de R\$ 150 mil pela demora em oferecer medidas de compensação, a partir de 2012, mas depois conseguiu reverter os valores em medidas emergenciais. O representante da empresa, o advogado Bernardo Fosco, disse que ela não se nega a dialogar com o povo Assurini, mas admitiu que as incertezas provocadas pela crise econômica e a possível privatização da estatal dificultam o avanço das propostas de compensação. Tucuruí é a terceira maior usina do país em termos de capacidade instalada, com mais de 8 mil megawatts de potência, perdendo para Itaipu e Belo Monte. (Agência Envolverde Jornalismo 2018).⁶

Apesar dos avanços, são notórios os riscos que os líderes desses movimentos assumem enquanto ativistas de causas sociais e coletivas. O Estado do Pará é o campeão nacional em assassinatos no campo envolvendo conflitos agrários, a maioria deles desdobramentos destes projetos que acirraram a luta pela terra. Recentemente a líder do MAB em Tucuruí, Dilma Ferreira da Silva, 45 anos foi assassinada no assentamento

⁵ Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos>>

⁶ Indígenas contam na justiça os danos causados pela Usina de Tucuruí. Disponível em: <http://envolverde.cartacapital.com.br/indigenas-contam-na-justica-os-danos-causados-pela-usina-de-tucuru/>



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Salvador Allende, zona rural de Baião, no Pará. Mostrando que as tensões e conflitos continuam e que o Estado e a União sabedores desses conflitos não intervêm preventivamente.

A ativista esteve com a Presidenta Dilma em 2011, momento em que encaminhou documento à presidência, o MAB solicitava “medidas estruturantes, de um processo participativo, de caráter popular, na definição da política energética nacional”, além da regulamentação de decreto assinado pelo então presidente Luís Inácio Lula da Silva sobre o cadastro de atingidos. Pedia ainda “a elaboração de uma nova política nacional de tratamento das questões sociais e ambientais nas grandes obras deste país, além de uma série de medidas de caráter emergencial para pagar a histórica dívida que o Estado Brasileiro tem com os atingidos por barragens. Essa é uma bandeira histórica do MAB. Hoje, a população atingida fica à mercê das empresas. Não há uma política de estado – nem a nível nacional nem a estadual”. Disse a autora do documento. Vide Anexo D pág. 13.

3 RESULTADOS

Projetos como Grande Carajás trouxeram para a região um modelo de ocupação e desenvolvimento nefasto para as comunidades tradicionais e o meio ambiente. Gerando um contexto conflituoso onde interesses estrangeiros se sobressaem sobre interesses locais e nacionais, deixando para traz um rasto de sofrimento e miséria.

O PGC acabou, mas apenas no campo legal, afinal, o projeto, enquanto ideia foi realizado, foram implementadas iniciativas econômicas em todas as áreas com impactos negativos em todos os aspectos; temos a siderurgia como um setor consolidado, com práticas produtivas plausíveis de questionamento, que além de promoverem expressivos números em desmatamentos, expropriaram milhares de pessoas que ali viviam nesse entorno das obras do Complexo de Carajás.

Tucuruí tem impactos severos, inclusive perda de floresta, deslocamento de povos indígenas e residentes ribeirinhos na área de submersão, eliminação da pesca a jusante, formação de criadouros para uma praga de mosquitos, e metilização de mercúrio, com consequências potenciais de saúde pública, sérias para a população local e para



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

consumidores de peixe em centros urbanos como Belém. Destarte, a luta pela terra e mobilizações dos movimentos sociais se faz necessária para que seus direitos sejam respeitados e que o direito à moradia digna, prevaleça ante os grandes projetos instalados em comunidades sem a consulta prévia e estudos reais de impactos sejam previstos. Evitando-se assim, perdas de identidades, cultura e verdadeiros genocídios nas comunidades tradicionais.

REFERÊNCIAS

Indígenas contam na justiça os danos causados pela Usina de Tucuruí. Disponível em: <<http://envolverde.cartacapital.com.br/indigenas-contam-na-justica-os-danos-causados-pela-usina-de-tucuruui/>> Acessado em 25 de março de 2019.

OLIVEIRA, A .U. Território de quem? *Revista Sem Terra*. São Paulo, nº 46, ago/set 2008. fg b

PAGNOCCHESCHI, Bruno, BERNARDO, Maristela. Política Ambiental no Brasil. In STEINBERGER, Maristela (org). Territórios, ambiente e políticas publicam espaciais. Brasília Paralelo15 e LGE editora, 2006.

ALVES, B. J. P.; GOTLIB, J. Momentos Inaugurais da Reforma Agrária: Brasil e África do Sul. *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro, v. 3, nº 1, p. 30-53, jan/jun. 2009.

SANTOS, M. Por uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

FEARNSIDE, P.M. 2001. Environmental impacts of Brazil's Tucuruí Dam: Unlearned lessons for hydroelectric development in Amazonia. *Environmental Management* 27(3): 377-396.

Doi: 10.1007/s002670010156 Disponível em:< <http://philip.inpa.gov.br>> Acessado em: 21 de março de 2019.

<<http://www.mabnacional.org.br/content/1-final-da-decada-70-os-primeiros-passos>> Acessado em 22 de março de 2019.



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

<<http://www.mabnacional.org.br/content/4-onda-privatiza-es-e-organiza-internacional-dos-atingidos>> Acessado em 22 de março de 2019.

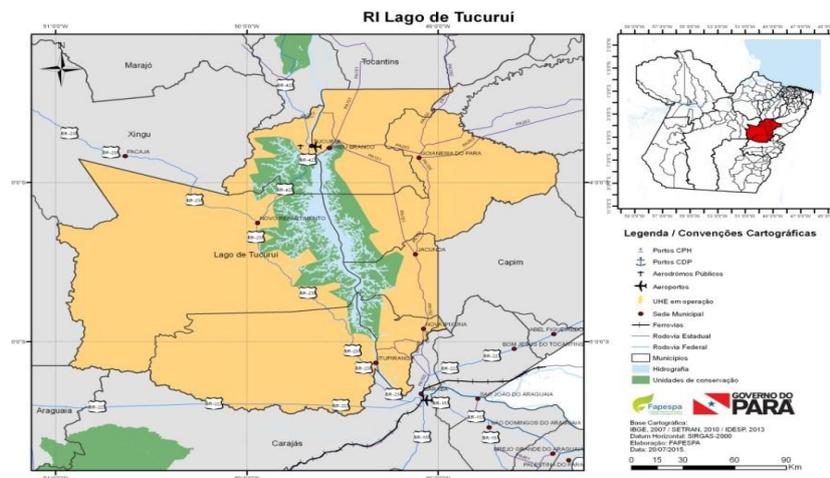
Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado do Pará / Secretaria de Estado de Planejamento. — Belém: Seplan. Diretoria de Planejamento, 2015. 3v.:il. Belém: Seplan, 2015. Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/ppa_volume_i_atualizado_0.pdf> Acessado em 27 de março de 2019.

Disponível em:

<http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/5020/1/Dissertacao_TerritoriosProtegidosEletronorte.pdf> Acessado em 29 de março 2019.

Anexos:

A Mapa da Região do Lago



Fonte: Plano Plurianual 2016-2019 do Governo do Estado do Pará / Secretaria de Estado de Planejamento. — Belém: Seplan. Diretoria de Planejamento, 2015. 3v.:il. Belém: Seplan, 2015.

Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/ppa_volume_i_atualizado_0.pdf> Acessado em 27 de março de 2019.

B Folhetos da Eletronorte



Londrina PR, de 02 a 05 de Julho de 2019.

III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL

TUCURUI, URGENTE.

TUDO O QUE VOCÊ PRECISA SABER SOBRE A HIDRELÉTRICA E SUAS CONSEQUÊNCIAS. LEIA COM ATENÇÃO, E COMENTE COM OS SEUS FAMILIARES, AMIGOS, VIZINHOS E COLEGAS.

- 1** O enchimento do lago da Hidrelétrica de Tucuruí somente acontecerá em setembro vindouro. O que estamos fazendo, no momento, é fechando as adufas.
- 2** Quando as comportas fecharem, o Rio Tocantins não vai secar mesmo abaixo da barragem e mesmo sem a passagem das águas durante o período de enchimento do reservatório. O que vai acontecer é o seguinte: entre Tucuruí e Baião, o nível da água vai ficar mais baixo. Mesmo assim, ainda será possível a navegação de pequenas embarcações. Nas outras áreas, o Rio Tocantins vai continuar o seu curso normal, sem problema nenhum. Os barrancos não vão cair, e os peixes não vão morrer. Os peixes terão todas as condições de viver no reservatório e abaixo dele.
- 3** Não há a menor possibilidade de a água do Tocantins ficar salgada por causa da barragem de Tucuruí. O responsável pelo bloqueio das águas do mar é o Rio Amazonas, não o Tocantins.
- 4** O Utinga não será afetado de forma alguma: a tomada d'água para abastecimento de Belém é feita no Rio Guamá.

- 5** Todas as famílias que moravam acima de Tucuruí, onde vai ser formado o grande lago, já foram ou estão sendo deslocadas pela Eletronorte para novos núcleos urbanos, dotados de escolas, igrejas, postos de saúde, água, luz e esgoto, entre outros serviços públicos. Cada morador recebeu, casa nova e novo terreno rural, se ele era proprietário de um.
- 6** Não existe veneno algum na área que vai ser transformada em lago. Existem, sim, muitos boatos a respeito. Mas apenas boatos. Nenhuma verdade.
- 7** A floresta não vai apodrecer dentro d'água. Com base nos estudos realizados pelos cientistas do INPA, chegou-se à conclusão de que a água do reservatório será de boa qualidade, inclusive para a vida dos peixes, até abaixo da barragem.
- 8** Instituições científicas de maior respeitabilidade, sediadas no Pará, e até fora do Estado, foram solicitadas a apurar as denúncias feitas contra o uso de herbicidas que teriam provocado a morte de animais — e todas concluíram, unanimemente, que nenhuma herbicida foi responsável pela morte de algum peixe. Quanto à morte de pessoas pelo mesmo motivo, a Eletronorte não recebeu nenhuma denúncia concreta. Sabemos que chegaram a exumar cadáveres na busca de provas, mas nada ficou provado.
- 9** Em resumo, ninguém vai perder a caça por causa do fechamento da Barragem e do funcionamento da Hidrelétrica de Tucuruí. Nem vai perder a pesca. Nem vai beber água salgada, muito menos envenenada. Ninguém vai respirar gases venenosos.

QUEM DIZ ISSO NÃO É A ELETRONORTE. SÃO OS ESTUDOS E CONCLUSÕES DAS MAIS RESPEITADAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS DO PAÍS.

ORGULHE-SE DISSO: A HIDRELÉTRICA DE TUCURUI É OBRA DE BRASILEIROS. Alguém já disse a você o que a Hidrelétrica de Tucuruí vai trazer de bom para você, sua família, seus amigos e colegas, enfim, para a sua gente e a sua terra?

Diga a eles:

Com a hidrelétrica funcionando, o Pará, em particular a região do Tocantins, vai ganhar novas indústrias, novos negócios, novos empregos.

O Estado do Pará vai aumentar a sua arrecadação de impostos.

A luz feita dificilmente faltará como antes.

Eletricidade é progresso.

Eletronorte
Empresas Filiais do Grupo da Brasil S.A.

Fonte: Folhetos soltos por helicóptero pela ELETRONORTE alegando que a hidrelétrica Tucuruí não teria praticamente nenhum impacto negativo.

C Assembleia da APOVO



Fonte: Assembleia da APOVO com expropriados, ribeirinhos da jusante, moradores da Velha e Nova Matinha atingidos pelas eclusas, pescadores do pé-da-barragem, moradores atingidos, moradores das ilhas de Jacundá atingidos pela cota 75.Tucuruí, 17 de maio de 2018.



D Dilma Ferreira da Silva